

RECURSO ESPECIAL Nº 1.859.306 - RJ (2020/0017499-2)

RECORRENTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS -
CEDAE
ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO E OUTRO(S) -
RJ081852
DANIELLE DE CASTILHO MELLO SANTOS - RJ153705
RECORRIDO : ANTONIO BARBOSA
ADVOGADO : LIDIANE ESTEVAM BARROSO PEREIRA DE OLIVEIRA -
RJ186737
INTERES. : F.AB. ZONA OESTE S.A
ADVOGADOS : ADRIANO MOTA CASSOL E OUTRO(S) - RJ099481
MARCELA BORDA D'AGUA LOURENÇO XAVIER DA
SILVA - RJ179959

DECISÃO

Antonio Barbosa ajuizou ação de repetição de indébito de natureza consumerista contra a Companhia Estadual de Águas e Esgoto – CEDAE e a F.A.B. Zona Oeste S/A – Foz Águas 5 objetivando tutela jurisdicional no sentido de ser declarada a ilegalidade da cobrança de tarifa mínima de consumo de água multiplicada pelo número de unidades consumidoras de seu imóvel condominial, ante a existência de um hidrômetro instalado na propriedade, pelo que, ainda, reivindica a devolução em dobro dos valores indevidamente cobrados nos últimos dez anos.

O Juízo de 1º Grau julgou parcialmente procedente a demanda, condenando da 2ª ré - Foz Águas 5 - à devolução dos valores cobrados a mais da tarifa de água no período de maio de 2012 até dezembro de 2013 (fls. 315-319).

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em grau recursal, deu parcial provimento ao recurso de apelação das concessionárias de serviço público rés, reformando a decisão monocrática de procedimento parcial da ação tão somente na parte dispositiva quanto à devolução do indébito, porquanto não houve demonstração pela parte autoral de que a cobrança indevida se manteve no ano de 2013, nos termos da seguinte ementa (fls. 410-411):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO.
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO.

Autor se insurge contra cobrança de tarifa mínima multiplicada pelo número de economias, no que lhe assiste razão, nos termos do verbete nº 191 deste Tribunal.

Lei nº 11.445/07 que deve ser interpretada a luz do Código de Defesa

do consumidor, quando controvertida a relação de consumo.

Aplicação da progressividade que decorre do simples cumprimento de ato normativo com observância das faixas de consumo, considerando-se o número de unidades de forma individualizada.

Consumo que deve ser aferido pelo hidrômetro instalado na unidade consumidora, com aplicação da progressividade considerando-se o número de unidades de forma individualizada.

Correta a determinação de devolução simples.

Período sobre o qual incidirá a referida devolução que deve ser restringido, considerando que o Autor somente demonstrou a existência de cobrança indevida entre os anos de 2010/2012, no que merece parcial reforma a sentença.

Segunda Ré ainda aduz que o valor a ser devolvido é aquele pago indevidamente e não apenas o cobrado, no que lhe assiste razão.

Prescrição decenal, nos termos do julgamento do Recurso Especial nº 1.532.514/SP, apreciado sob o rito dos Recursos Repetitivos.

RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

Opostos embargos de declaração pela CEDAE, foram eles rejeitados (fls. 459-464).

CEDAE interpôs recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, sustentando violação dos arts. 29, I, e 30, I, III e IV, da Lei n. 11.445/2007, porquanto, em síntese, da legalidade e regularidade da cobrança da tarifa mínima de água pelo número de economias, a uma, porque da existência de previsão legal; a duas, porque determinada pelo Poder Concedente com vistas à estabilidade do contrato de concessão, de modo a permitir o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste; a três, porque a cobrança não conflitaria com a medição do hidrômetro e, a quatro, porque diversamente do que entende o recorrido a cobrança pela multiplicidade de economias não geraria lucros estratosféricos, tampouco prejuízo ao cliente/usuário.

Aduz violação do art. 42, § único, do Código de Defesa do Consumidor, visto que, em suma, da impossibilidade de repetição do indébito em dobro, tendo em vista que a cobrança se deu com base em lei autorizativa, fato esse que afasta a má-fé exigida para configurar o dever de repetição em dobro da cobrança.

Indica violação do art. 206, §3º, IV, do Código Civil, sob a alegação de a pretensão do recorrido está abarcada pela prescrição trienal e não decenal prevista no art. 205 do mesmo *códex*.

Aponta violação do art. 485, VI do CPC de 2015, em razão de a companhia recorrente não ser a concessionária responsável pela gestão comercial dos serviços na região em que reside o recorrido, desde de maio de 2012, motivo tal a impossibilitar a alteração da forma de cobrança nas faturas

futuras.

Não foram ofertadas contrarrazões ao recurso especial.

É o relatório. Decido.

No que trata da apontada violação do art. 485, VI, do CPC de 2015, é forçoso esclarecer que a pretensão de revisão do entendimento proferido no juízo de origem acerca da legitimidade passiva da recorrente CEDAE implica, necessariamente, na revisão do contexto fático-probatório dos autos, notadamente o contrato de concessão firmado para a prestação do serviço público, tanto o anterior ao exercício de 2012 como o posterior ajustado com a empresa Foz Águas 5, procedimento impossível pela via estreita do recurso especial, ante os óbices do enunciados das Súmulas n. 5/STJ e 7/STJ

A esse respeito, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CEDAE. REVISÃO DO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO PARCIAL DE SERVIÇOS. TARIFA DE ESGOTO. COBRANÇA INTEGRAL. TEMA JULGADO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. RESP 1.339.313/RJ. REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO. ART. 42 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

1. Inexiste a alegada violação aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou, de maneira amplamente fundamentada, a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.

2. Não prospera a suposta ilegitimidade passiva da CEDAE, isto porque das próprias razões do Recurso Especial se extrai que - segundo o parágrafo primeiro da cláusula segunda do Termo de Reconhecimento Recíproco de Direitos e Obrigações - a CEDAE permaneceu sendo a prestadora dos serviços de "coleta, transporte e tratamento adequado dos esgotos sanitários e cobrança pela prestação desses serviços no Município do Rio de Janeiro" (fl. 496, e-STJ).

3. A pretensão de revisão do entendimento proferido na origem acerca da legitimidade passiva da recorrente implica, no caso, reexame da matéria fático-probatória e de cláusulas contratuais dos autos, o que é vedado em Recurso Especial, conforme Súmulas 5 e 7/STJ.

4. Consoante a orientação reafirmada pela Primeira Seção no julgamento do REsp 1.339.313/RJ, sob o rito dos recursos repetitivos, afigura-se legal a cobrança de tarifa de esgoto, ainda quando detectada a ausência ou deficiência do tratamento dos resíduos coletados, se outros serviços, caracterizados como de esgotamento sanitário, foram disponibilizados aos consumidores.

5. Ressalta-se que, mesmo antes da vigência da Lei 11.445/2007,

havia posicionamento do STJ de que "a lei não exige que a tarifa só seja cobrada quando todo o mecanismo do tratamento do esgoto esteja concluído", e "o início da coleta dos resíduos caracteriza prestação de serviço remunerado" (REsp 431.121/SP, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ 7/10/2002).

6. Observa-se que o acórdão do Tribunal fluminense colide com o entendimento do STJ, quando afirma: "como no caso, a CEDAE não realiza a integralidade das etapas do tratamento, não pode cobrar pelas etapas não executadas, deve haver a redução do preço público do serviço, na proporção de sua execução, como fato de equilíbrio interno da relação de consumo" (fl. 480, e-STJ).

7. Primeiramente, importante observar que, sob o tríptico enfoque - do Direito Ambiental, do Direito Sanitário e do Direito do Consumidor -, descabe cobrar por esgoto não coletado ou despejado in natura nas galerias pluviais. Neste último caso, a questão deixa de ser de tratamento de resíduos e se transforma em poluição pura e simples, o que implica, para o Poder Público e suas concessionárias, responsabilidade civil ambiental, e não direito a pagamento por serviços inexistentes. Sem dúvida, não foi intuito do Recurso Repetitivo (REsp 1.339.313/RJ) transformar inadmissível ilícito antissanitário, antiambiental e anticonsumerista em lícito contratual remunerado, pois não se equivalem, de um lado, o uso das galerias pluviais para escoamento de esgoto tratado e, do outro, a poluição das galerias pluviais, dos rios e do mar com efluentes sem qualquer forma de tratamento, nem mesmo primário. Essa a (correta) leitura que se deve fazer do Repetitivo, no ponto em que alude à possibilidade de utilização de galerias pluviais. Em outras palavras, seu emprego se legitima somente quando os efluentes nelas lançados estão devidamente tratados, etapa fundamental do chamado saneamento básico, não bastando o mero recolhimento e descarte.

8. A hipótese dos autos, contudo, parece ser distinta, ou seja, há coleta efetiva do esgoto e não lançamento in natura nas galerias pluviais. Assim sendo, a posição do Tribunal de origem contraria a orientação firmada pelo Superior Tribunal de Justiça.

9. Recurso Especial parcialmente provido (REsp 1817722 / RJ, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Julgamento em 01/10/2019, DJe 11/10/2019).

APELAÇÃO CÍVEL. RELAÇÃO DE CONSUMIDO. CEDAE. COBRANÇA POR SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA, CONDENANDO A RÉ À RESTITUIÇÃO DE METADE DE TODOS OS VALORES COBRADOS E PAGOS A TÍTULO DE ESGOTO SANITÁRIO, OBSERVADA A PRESCRIÇÃO DECENAL, NA FORMA SIMPLES, A SER APURADA EM SEDE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.

INSURGÊNCIA DA CONCESSIONÁRIA RÉ. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA. O TERMO DE RECONHECIMENTO RECÍPROCO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES CELEBRADO ENTRE A CEDAE E O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR SI SÓ, NÃO PODE SER OPOSTO AO CONSUMIDOR. CONTRATO DE CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E FORNECIMENTO DE ÁGUA ENTRE O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E A FZÁ 5 TRAZ EM SUA ESSÊNCIA A EXISTÊNCIA DE COOPERAÇÃO ENTRE AS CONCESSIONÁRIAS. NO MÉRITO, HÁ QUE SE RESSALTAR QUE A

HIPÓTESE VERTENTE NÃO SE ENQUADRA NO TEMA TRATADO NO RESP Nº 1.339.313/RJ, NO QUAL RESTOU ADMITIDA A COBRANÇA DA TARIFA DE ESGOTO, NOS CASOS EM QUE RESTASSE DEMONSTRADA A PRESTAÇÃO DE UMA OU MAIS ETAPAS, RELATIVAS AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO. DA ANÁLISE DO ACERVO PROBATÓRIO, O QUE SE CONCLUI É QUE A RÉ, EMBORA COBRE PELO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, NÃO O PRESTA EFETIVAMENTE, PELO QUE DEVEM SER REPUTADAS INDEVIDAS AS COBRANÇAS EFETIVADAS A TAL TÍTULO. POR SUA VEZ, DE ACORDO COM A PROVA PERICIAL, DEPREENDE-SE QUE AS COBRANÇAS PERPETRADAS PELA RÉ SE AFIGURAM ILEGÍTIMAS, EIS QUE DEVERIAM SER FEITAS COM BASE NO CONSUMO REGISTRADO NO HIDRÔMETRO. SENTENÇA QUE, NA PARTE DISPOSITIVA, NÃO OBSTANTE A CONCLUSÃO DO LAUDO PERICIAL PRODUZIDO, DETERMINA "A RESTITUIÇÃO DA DE METADE DE TODOS OS VALORES COBRADOS E PAGOS A TÍTULO DE ESGOTO SANITÁRIO". À MINGUA DE RECURSO POR PARTE DO CONSUMIDOR E EM APREÇO AO PRINCÍPIO QUE VEDA A REFORMA TIO EM PEJUS, A SENTENÇA DEVERÁ SER MANTIDA NOS MOLDES JÁ LANÇADOS. RECURSO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração foram rejeitados. No recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos seguintes dispositivos legais: a) art. 1.022, II, do CPC, alegando que o Tribunal de origem deixou de se manifestar acerca dos artigos 3º da Lei 11.445/2007 e 9º do Decreto 7217/2010; b) arts. 485, IV, e 17 do CPC, alegando que graças a acordo firmado com o Município do Rio de Janeiro, não responde mais pelo esgotamento sanitário na localidade da parte autora; c) arts. 3º, 29 da Lei 11.445/2007 e 9º do Decreto 7.217/2010, ao argumento de que é inteiramente legítima a cobrança pelos serviços de tratamento de esgotamento sanitário no local, uma vez que o serviço é efetivamente prestado; e d) art. 206, § 3º, IV, do CPC/2015, porque o prazo prescricional aplicável à espécie é o trienal, e não o decenal.

Houve juízo positivo de admissibilidade às fls. 719-726 (e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Inicialmente, afasto à alegada violação aos artigos 1.022, II, do CPC.

Como se sabe, cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, não estando obrigado a rebater um a um os argumentos apresentados pela parte quando já encontrou fundamento suficiente para decidir a lide.

No caso, bem ou mal, certo ou errado, a Corte de origem decidiu a controvérsia de modo integral e suficiente ao consignar que "afasto a preliminar de ilegitimidade passiva (...) a ré, embora cobre pelo serviço de esgotamento sanitário, não o presta efetivamente, pelo que devem ser reputadas indevidas as cobranças efetivadas a tal título (...)" A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao ordenamento jurídico, pois não há que se confundir entre decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional.

Sobre a legitimidade passiva da CEDAE, a Corte de origem assim se manifestou:

[...]

Observa-se que os óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ impedem o exame das alegações da recorrente, pois, para alterar a conclusão do Tribunal de origem, seria necessário juízo de matéria fática e exame de cláusulas contratuais.

[...]

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

[...] (REsp 1851225/RJ, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Julgamento em 27/02/2020, Dje 04/03/2020).

Em referência à alegação de violação do do art. 206, §3º, IV, do CC, constata-se que a irresignação da recorrente CEDAE não merece acolhimento, visto que, consoante o entendimento firmado pela Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp n. 1.113.403/RJ, submetido ao regime dos recursos repetitivos do art. 543-C do CPC/73, a ação de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto sujeita-se ao prazo prescricional estabelecido no Código Civil. Assim, deve ser vintenário, na forma estabelecida no art. 177 do CC/16, ou decenal, de acordo com o previsto no art. 205 do CC/02.

Sobre o tema, os julgados a seguir:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS INTERPOSTOS. ART. 105, III, ALÍNEAS "A" E "C", DA CF/1988. QUESTÕES PRELIMINARES – RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PELO CONDOMÍNIO EDIFÍCIO SEGURADORAS: FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 20, § 3º, DO CPC/1973. PREQUESTIONAMENTO. QUESTÃO DEBATIDA PELA CORTE DE ORIGEM. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 211/STJ. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS. EXCEPCIONALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. APLICAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. RECURSO ESPECIAL MANEJADO PELA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP: SUPOSTA AFRONTA AOS ARTS. 3º E 267, VI, DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211. APLICAÇÃO. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVA E DE FUNDAMENTO FIRMADO À LUZ DO DIREITO LOCAL. DESCABIMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. CONHECIMENTO PARCIAL. MÉRITO - RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PELA SABESP: SUSCITADA CONTRARIEDADE AO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. QUESTÕES QUE SEQUER FORAM OBJETO DO APELO NEM DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REJEIÇÃO. SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO. COBRANÇA INDEVIDA. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO DE TARIFAS. APLICAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL DECENAL DO CÓDIGO CIVIL (ART. 205). ARESTO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA MAJORITÁRIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL DA SABESP CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, IMPROVIDO. RECURSO JULGADO SOB A SISTEMÁTICA DO ART. 1.036 E

SEGUINTE DO CPC/2015, C/C O ART. 256-N E SEGUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO STJ.

[...]

8. Trata-se de recurso especial interposto de aresto em que se discutiu o lapso prescricional cabível aos casos de repetição de indébito por cobrança indevida de valores referentes a serviços de água e esgoto, tendo o eg. TJ/SP firmado que o prazo de prescrição, nessas hipóteses, é de 10 (dez) anos, se ao caso se aplicar o Código Civil de 2002 (art. 205) ou de 20 (vinte) anos, se for aplicado o Código Civil de 1916 (art. 177), por força da regra de transição estabelecida no art. 2.028 do Código Civil de 2002.

9. Primeiramente, descabe falar em violação do art. 535 do CPC/1973 se a Corte de origem, examinando os limites postos no apelo interposto (e-STJ, fls. 470-499), analisou a questão fático-jurídica dentro daqueles limites, mesmo proclamando entendimento que não encampa as teses defendidas pela recorrente SABESP.

10. A Primeira Seção, no julgamento do REsp 1.113.403/RJ, de relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki (DJe 15/9/2009), submetido ao regime dos recursos repetitivos do art. 543-C do Código de Processo Civil e da Resolução STJ n. 8/2008, firmou orientação de que, ante a ausência de disposição específica acerca do prazo prescricional aplicável à prática comercial indevida de cobrança excessiva, é de rigor a incidência das normas gerais relativas à prescrição insculpidas no Código Civil na ação de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto. Assim, o prazo é vintenário, na forma estabelecida no art. 177 do Código Civil de 1916, ou decenal, de acordo com o previsto no art. 205 do Código Civil de 2002.

11. A tese adotada no âmbito do acórdão recorrido quanto à prescrição da pretensão de repetição de indébito por cobrança indevida de valores referentes a serviços de água e esgoto alinha-se à jurisprudência deste Tribunal Superior.

12. Com efeito, a pretensão de enriquecimento sem causa (ação in rem verso) possui como requisitos: enriquecimento de alguém; empobrecimento correspondente de outrem; relação de causalidade entre ambos; ausência de causa jurídica; e inexistência de ação específica. Trata-se, portanto, de ação subsidiária que depende da inexistência de causa jurídica. A discussão acerca da cobrança indevida de valores constantes de relação contratual e eventual repetição de indébito não se enquadra na hipótese do art. 206, § 3º, IV, do Código Civil, seja porque a causa jurídica, em princípio, existe (relação contratual prévia em que se debate a legitimidade da cobrança), seja porque a ação de repetição de indébito é ação específica.

13. Tese jurídica firmada de que "o prazo prescricional para as ações de repetição de indébito relativo às tarifas de serviços de água e esgoto cobradas indevidamente é de: (a) 20 (vinte) anos, na forma do art. 177 do Código Civil de 1916; ou (b) 10 (dez) anos, tal como previsto no art. 205 do Código Civil de 2002, observando-se a regra de direito intertemporal, estabelecida no art. 2.028 do Código Civil de 2002".

14. Recurso especial do Condomínio Edifício Seguradoras não conhecido. Recurso especial da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP conhecido em parte e, nessa extensão, improvido, mantendo-se o aresto impugnado, de sorte a vingar a tese de que a repetição de indébito de tarifas de água e esgoto deve seguir a norma geral do lapso prescricional (dez anos - art. 205 do Código Civil de 2002; ou vinte anos - art. 177 do Código Civil de 1916).

15. Recurso julgado sob a sistemática do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015 e do art. 256-N e seguintes do Regimento Interno do STJ. (REsp

1532514/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/05/2017, DJe 17/05/2017).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO. COBRANÇA POR ESTIMATIVA. ILEGALIDADE. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA.

1. Esta Corte Superior entende que a tarifa de água deve ser calculada com base no consumo efetivamente medido no hidrômetro e que a tarifa por estimativa de consumo é ilegal por ensejar enriquecimento ilícito da concessionária. É da concessionária a obrigação pela instalação do hidrômetro, e a cobrança, no caso de inexistência do referido aparelho, deve ser cobrada pela tarifa mínima.

2. "O Superior Tribunal de Justiça adota a orientação firmada no REsp n. 1.117.903/RS (DJe 1º/2/2010), sob o rito dos recursos representativos da controvérsia, de que os serviços de fornecimento de água e esgoto são remunerados por preço público (tarifa), e não por taxa, razão por que não se lhes aplicam os prazos prescricionais do Código Tributário Nacional e do Decreto n. 20.910/1932. É vintenário o prazo prescricional da pretensão executiva atinente à tarifa por prestação de serviços de água e esgoto, cujo vencimento, na data da entrada em vigor do Código Civil de 2002, era superior a dez anos. Ao revés, cuidar-se-á de prazo prescricional decenal"(AgInt no AgInt no REsp 1.591.858/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 22/11/2016).

3. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no REsp 1589490/RJ, Relator Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, Julgamento em 15/03/2018, DJe 21/03/2018).

No que concerne à apontada violação dos arts. 29, I, e 30, I, III e IV, da Lei n. 11.445/2007, sem razão a recorrente a esse respeito, encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de não ser lícita a cobrança de tarifa mínima de água com base no número de economias existentes no imóvel, não considerando o consumo efetivamente registrado, na hipótese em que existe um único hidrômetro no condomínio, porquanto não se pode presumir a igualdade de consumo de água pelos condôminos, sob pena de violar o princípio da modicidade das tarifas e caracterizar o enriquecimento indevido da concessionária.

Nesse sentido, os julgados em destaque:

ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE ÁGUA. ILEGALIDADE DA COBRANÇA. TARIFA MÍNIMA MULTIPLICADA PELO NÚMERO DE ECONOMIAS. EXISTÊNCIA DE ÚNICO HIDRÔMETRO. REPETITIVO. SÚMULA 83/STJ. DEMAIS QUESTÕES. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO PELA CORTE LOCAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.

1. O acórdão local está em consonância com o entendimento

firmado pela Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.166.561/RJ, relator Ministro Hamilton Carvalhido, processado no rito do art. 543-C do CPC, a qual decidiu que, nos condomínios em que o consumo total é medido por um único hidrômetro, é indevida a cobrança por meio da multiplicação da tarifa mínima pelo número de economias existentes na unidade.

2. Estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência desta Corte, incide o óbice da Súmula 83/STJ, segundo a qual "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

3. Diante da evidente ausência de manifestação da Corte local, todas as outras alegações realizadas pela parte em sede de recurso especial não observaram o requisito imprescindível do prequestionamento, apesar da interposição de embargos de declaração, o que inviabiliza sua análise nesta Corte de Justiça. Incidência da Súmula 211/STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 208243/RJ, Relator Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, Julgamento em 10/03/2016, DJe 21/03/2016).

ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE ÁGUA. ILEGALIDADE DA COBRANÇA. TARIFA MÍNIMA MULTIPLICADA PELO NÚMERO DE ECONOMIAS. EXISTÊNCIA DE ÚNICO HIDRÔMETRO. REPETITIVO. SÚMULA 83/STJ.

1. O acórdão local está em consonância com o entendimento firmado pela Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.166.561/RJ, relator Ministro Hamilton Carvalhido, processado no rito do art. 543-C do CPC, a qual decidiu que, nos condomínios em que o consumo total é medido por um único hidrômetro, é indevida a cobrança por meio da multiplicação da tarifa mínima pelo número de economias existentes na unidade.

2. Estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência desta Corte, incide o óbice da Súmula 83/STJ, segundo a qual "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."

3. Agravo regimental a que se nega provimento. AgRg no AREsp 793708/RJ, Relator Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, Julgamento em 01/12/2015, DJe 17/12/2015).

Por fim, a respeito da indicada violação do art. 42, § único, do CDC, constata-se a ausência de interesse recursal da recorrente CEDAE, tendo em vista que o aresto vergastado deliberou no mesmo sentido da irresignação formulada no apelo nobre, no sentido de não ser devido a repetição em dobro do indébito mas, apenas, na forma simples.

Observado que o entendimento aqui consignado, lastreado na jurisprudência, é prevalente no Superior Tribunal de Justiça, aplica-se o enunciado da Súmula n. 568/STJ, nestes termos:

O relator, monocraticamente e no STJ, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RI/STJ, conheço parcialmente do recurso especial e, nesta parte, nego-lhe provimento, implicando, ainda, na majoração da verba honorária em mais 1% (um por cento) na parte da condenação da CEDAE.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator